



TRÂNSITO

Renovação da CNH do bom condutor já vale

Está em vigor a facilidade na reedição automática da carteira de habilitação para o motorista sem infrações ao dirigir. Mas não alcança a todos: aqueles com mais de 60 anos ficaram de fora. Cerca de 370 mil pessoas serão beneficiadas na primeira leva

» DANANDRA ROCHA

Está valendo, desde ontem, a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para motoristas que mantêm histórico limpo de infrações. A facilidade, anunciada pelo Ministério dos Transportes, contempla cerca de 370 mil condutores em todo o país apanhados neste primeiro lote.

A norma foi formalizada pela Medida Provisória 1.327/25, publicada no *Diário Oficial da União* (DOU). Com a mudança, os condutores elegíveis ficam dispensados do pagamento de taxas e da realização de exames médicos e psicológicos. O benefício, no entanto, é restrito a motoristas sem pontuação na CNH, não se aplica a pessoas com mais de 60 anos e permite apenas uma renovação automática para quem tem mais de 50.

Ainda de acordo com o Ministério dos Transportes, a renovação automática não vale para motoristas que têm a validade da CNH reduzida por recomendação médica, em casos de doenças progressivas ou condições que exigem acompanhamento de saúde.

"Hoje, o Estado brasileiro está dizendo ao cidadão: seja um bom condutor para não pagar taxa nem novos exames. Para não perder o dia de trabalho, nem largar o que está fazendo para, de tempos em tempos, voltar a um guichê, pegar um papel, pagar por um carimbo, esperar muito e ser mais uma vítima da

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Mensagem que será remetida a quem tem direito à renovação automática

Michel Corvello/MT



Segundo Renan, benefício diminui a burocracia para obter novo documento



O Estado brasileiro está dizendo ao cidadão: seja um bom condutor para não pagar taxa nem novos exames. Para não perder o dia de trabalho, nem largar o que está fazendo para, de tempos em tempos, voltar a um guichê, pegar um papel, pagar por um carimbo, esperar muito e ser mais uma vítima da burocracia"

Ministro dos Transportes, Renan Filho, ao anunciar o benefício ao bom motorista

burocracia", frisou o ministro, ressaltando que a política busca valorizar quem respeita as regras, em contraste com modelos anteriores que, segundo ele, favoreciam os infratores.

Neste primeiro momento, 371.611 habilitações serão renovadas automaticamente, considerando o período entre 10 de dezembro e 7 de janeiro. "A decisão prevê que

condutores responsáveis no trânsito não precisam realizar exames presenciais, se deslocar aos Detrans ou pagar qualquer taxa adicional para renovar o documento. O processo será totalmente automático e digital, pelo sistema da Secretaria Nacional de Trânsito, a Senatran, com a atualização disponível no aplicativo da CNH do Brasil", informa a pasta.

Versão sem custo

Quem optar apenas pela versão digital da habilitação, não terá qualquer custo. Já os condutores que desejarem a versão física, devem solicitá-la ao Detran e pagar as despesas relacionadas à emissão. Segundo o ministro Renan Filho, uma mensagem será enviada, por celular, aos bons condutores parabenizando-os

pelo benefício e concedendo, a eles, um selo.

"O governo do Brasil, por meio do Ministério dos Transportes e do programa CNH do Brasil, renovou automaticamente sua CNH, sem taxas e sem novos exames. Obrigado por dirigir com responsabilidade e ajudar a salvar vidas", diz a mensagem que o bom motorista receberá.

Segundo o Ministério dos

Transportes, a medida integra um pacote voltado à redução de até 80% nos custos relacionados à emissão da CNH. Somente no primeiro mês de vigência, a economia gerada com a renovação é estimada em R\$ 120 milhões.

O cadastro no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC) pode ser feito por meio do aplicativo da CNH ou por meio do Portal de Serviços da Senatran.

MEIO AMBIENTE

Desmatamento cai na Amazônia e no Cerrado

» RAFAELA BOMFIM*

O Brasil encerrou 2025 com redução nos alertas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os números são do sistema Deter, utilizado como instrumento de monitoramento contínuo para orientar ações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de outros órgãos. Na Amazônia, a área sob alerta somou 3.817 km² no ano passado, uma queda de 8,7% em relação a 2024 e o menor índice registrado em oito anos. No Cerrado, foram 5.369 km², o que representa uma retração de 9% na comparação anual e o patamar mais baixo desde 2021.

Apesar do recuo, o impacto permanece expressivo. Juntos, os dois biomas perderam 9.186 km² de cobertura vegetal em 2025, área equivalente a cerca de seis vezes o território da cidade de São Paulo. Este foi o segundo ano consecutivo de queda simultânea, após um ciclo de alta que atingiu níveis superiores a 10 mil km² em 2022. Em 2023, os alertas na Amazônia haviam sido reduzidos pela metade, enquanto em 2024 a retração foi de 19%, o que sinaliza desaceleração no ritmo de diminuição.

Em nota, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC) associa parte dessa desaceleração observada ao longo de 2024 à seca extrema e ao avanço de

Um problema que diminui lentamente

AMAZÔNIA

Total: 3.817 km² em 2025

Mato Grosso: 39,2% (1.497 km²) — O estado respondeu por quase metade da área desmatada no bioma.
Pará: 25,6% (979 km²).
Amazonas: 18,9% (721 km²).
Outros estados da Amazônia: 16,3% (620 km² restantes).

OBSERVAÇÕES

■ **Concentração no Cerrado:** Os estados do Matopiba concentram a maior parte do desmatamento do bioma, sendo uma região que abriga tanto a fronteira do agronegócio quanto as áreas mais preservadas.

■ **Mudança no Mato Grosso:** Na Amazônia, o Mato Grosso registrou um aumento de quase 60% no desmate em relação



CERRADO

Total: 5.369 km² em 2025

Os quatro estados abaixo compõem a região do Matopiba:
Maranhão: 22,2% (1.190 km²).
Tocantins: 21,1% (1.133 km²).
Piauí: 18,7% (1.005 km²).
Bahia: 13,1% (703 km²).
Outros estados do Cerrado: 24,9% (1.338 km² restantes).

a 2024, enquanto Pará e Amazonas apresentaram reduções de 36% e 9%, respectivamente.

■ **Total Consolidado:** Somando os dois biomas, a perda total foi de 9.186 km², o que equivale a seis vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

incêndios florestais, que elevaram os indicadores de degradação. Ainda assim, a pasta sustenta que a trajetória segue descendente.

"A partir de agosto de 2025, início de um novo ciclo de monitoramento, os alertas do Deter ficaram abaixo dos registrados no mesmo período do ano anterior, indicando a continuidade da redução", informou o ministério, ao destacar a atuação conjunta de diferentes áreas do governo no combate ao desmate e ao fogo.

A distribuição regional revela contrastes. Mato Grosso concentrou 1.497 km² de alertas na Amazônia, quase metade do total do bioma e o terceiro maior valor da série histórica iniciada em 2015, com aumento próximo de 60% em relação a 2024. O Pará, com 979 km², e o Amazonas, com 721 km², também figuram entre as maiores devastações, embora ambos tenham registrado recuos, de 36% e 9%, respectivamente.

No Cerrado, a liderança do

desmatamento é concentrada no Matopiba, região que reúne áreas do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. O Maranhão registrou 1.190 km² de vegetação sob alerta, seguido por Tocantins, com 1.133 km²; Piauí, com 1.005 km²; e Bahia, com 703 km². Pelo terceiro ano consecutivo, a área desmatada no bioma — que ocupa cerca de 24% do território nacional — superou a da Amazônia, que cobre aproximadamente metade do país. O ministério ressalta que as dinâmicas são distintas, já que, no Cerrado, a maior parte da supressão ocorre em propriedades privadas, onde a legislação permite percentuais mais elevados de áreas desmatadas.

Segundo o MMAMC, a resposta federal incluiu diálogo técnico com os estados do Matopiba, revisão de autorizações de supressão vegetal e reforço no monitoramento.

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

SOBERANIA

Lula veta lei que facilita imóvel na fronteira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente, ontem, o projeto de lei que ratifica novos imóveis rurais em áreas de fronteira. Segundo mensagem do presidente publicada no *Diário Oficial da União* (DOU), a proposta fragilizaria o controle da União e comprometeria a soberania e defesa nacional. O prazo estabelecido pela atual legislação é de 2030.

"A proposta também fragiliza o controle da União na revisão desses atos e comprometeria a soberania e a defesa nacional. Ademais, ao restringir a obrigatoriedade de realização do georreferenciamento de imóveis rurais em todo o território nacional, retardaria a digitalização da malha fundiária rural brasileira e comprometeria a segurança jurídica", diz a mensagem.

A proposta confirma a venda ou a concessão de terras em faixa de fronteira. Segundo o texto, seria concedido um prazo adicional de 15 anos para a ratificação contados a partir da publicação da norma. O prazo poderia ser suspenso enquanto o processo de registro tramitar no cartório ou no Congresso, ou enquanto houver proibição jurídica específica ou incapacidade civil do interessado por perda da lucidez.